

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Portuguesa – Redação

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) estabeleça relações entre arte e diplomacia, considerando as possíveis aproximações entre o fazer artístico e as ações diplomáticas frente aos desafios de interpretar e humanizar as fronteiras entre as nações. **Quanto ao desenvolvimento do tema proposto, o(a) candidato(a) deve abordá-lo de maneira clara e coerente, empregando os mecanismos de coesão textual. Ressalte-se que a abordagem dada ao tema pode variar, mas o(a) candidato(a) deve ater-se ao tema proposto: ARTE E DIPLOMACIA NA INTERPRETAÇÃO E NA HUMANIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO MUNDO. Para tanto, espera-se que o(a) candidato(a):**

- 1. Para tanto, deve demonstrar demonstre** conhecimentos básicos de uma formação acadêmica sólida sobre a natureza da arte, apoiando(a)-se, **caso seja necessário**, nos textos motivadores, especialmente o de Antonio Candido, que tem o condão de suprir lacunas de leitores não especializados no tema, mas capazes de realizar tanto a leitura quanto a interpretação de textos de forma competente. Simultaneamente, o(a) candidato(a) deve demonstrar sua perspectiva acerca da ação diplomática e visão de mundo no contexto histórico atual quanto às necessidades de interpretar a realidade e de transformar aspectos conflituosos nas fronteiras entre as nações que compõem o sistema-mundo atual;
- 2. Espera-se que o(a) candidato(a) aborde as relações da arte (elegendo uma ou mais manifestações artísticas) com a ação diplomática quanto à interpretação da realidade e à humanização das fronteiras do mundo no cenário externo, isto é, o quanto a arte pode influir nesse sentido, seja no enfrentamento de conflitos externos — veja-se a ação dos pintores modernistas brasileiros em 1944 diante da política externa nazista e o filme de Zeca Brito, como o sugestivo título de Arte da diplomacia —, seja na atuação da ação diplomática nas relações internacionais, como se verifica no texto de Celso Lafer: “Creio, nessa linha, não ser de todo descabido aproximar simbolicamente a capacidade lúdica do grande escritor mineiro de transportar o território mágico do sertão para o mundo, de sua atuação à frente da divisão de fronteiras do Itamaraty.”. Espera-se que o(a) candidato(a):**
- 3. discorra sobre as relações de aproximação entre arte e literatura também no contexto interno, conforme motivação apresentada no texto de Lafer, citando Antonio Candido, tanto no sentido do papel formativo da arte no Romantismo brasileiro, que resultou num influxo contraditório e humanizador para a formação não só da literatura, mas do país e do seu povo, quanto na dimensão da própria atuação diplomática: “entrar na realidade fluida do mundo é condição para melhor compreendê-lo e para voltarmos ‘mais claros a nós mesmos e aos outros’” e “Traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino é, no meu entender, a tarefa da política externa.”;**
- 4. Espera-se, ainda, que sejam apontadas e discutidas as aponte e discuta** possibilidades e também os limites da função da arte na ação diplomática, isto é, se a arte atua como “*soft power*”, como afirma Zeca Brito acerca de seu filme **Arte da diplomacia**, o quanto é efetiva essa atuação nos conflitos internacionais, nas fronteiras entre os países do globo, nas relações entre o interno e o externo. Entre os limites, pode figurar, mas não só, o caráter não imediatista da ação da arte sobre situações limítrofes do mundo; entre as possibilidades, espera-se que sejam abordados: a natureza formativa e humanista da arte na estrutura social do povos e(ou) a sua decisiva influência na formação diplomática no sentido de plasmar homens e mulheres sensíveis à interpretação de diferentes realidades, suas contradições internas e externas, bem como sua contribuição efetiva para redefinir e transformar, pela atuação inventiva, criativa e ponderada da agenda diplomática, as contraditórias fronteiras no concerto das nações da atualidade: “Sua capacidade ímpar de utilizar de registros linguísticos diversos, era, no plano literário, o correlato perfeito daquele que é o primeiro item de qualquer agenda diplomática, ou seja, a fixação das fronteiras, base da especificidade da política externa que pressupõe uma diferença entre o “interno” (o espaço nacional) e o “externo” (o mundo). Ele traduzia, assim, em sua literatura um dos princípios fundamentais da diplomacia brasileira, uma linha de ação voltada para transformar nossas fronteiras de clássicas fronteiras separação em modernas fronteiras cooperação.”.

Por fim, fica esclarecido que o(a) candidato(a) pode abordar o tema de maneira variada, sem, necessariamente, referir-se expressamente aos textos motivadores, desde que apresente um desenvolvimento do tema coerente, coeso, com progressão textual e com argumentação pertinente no que diz respeito às motivações sugeridas e/ou ao tema proposto, demonstrando capacidade de reflexão consistente.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Portuguesa – Resumo

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) resuma o texto, com concisão e coerência, mantendo a essência de suas ideias, sem acrescentar dados ou informações que as extrapolem. Devem ser apresentadas as características distintivas das três redes que articulam as relações internacionais contemporâneas. Em relação às redes legais, é importante mencionar as normas regulatórias em suas diferentes dimensões. Em relação às redes de estratégias empresariais, não se podem omitir a maximização dos lucros, os fluxos de riquezas no plano internacional, as trocas intrafirmas e a redefinição das condições de alocação de recursos, de acesso a informações, de atendimento a necessidades e de geração de novas expectativas, com seleção de alguns exemplos, entre os quais se insere o papel das ONGs. Em relação ao terceiro tipo de rede, o das atividades e dos processos que se desenvolvem fora do alcance da lei, não se pode deixar de mencionar a existência de normas de conduta e estruturas relativamente institucionalizadas de comando e controle sobre os fluxos. É essencial, ainda, que se estabeleça a relação entre essas redes e que se mencionem as dificuldades que os governos enfrentam para levar adiante medidas de combate aos ilícitos internacionais e aos crimes conexos, frequentemente associados a atividades extremamente lucrativas. Por fim, é importante mencionar as relações políticas empreendidas pelos agentes que participam dessas redes e as possibilidades de sua influência sobre o curso dos acontecimentos.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Inglesa – Redação

Aplicação: 24/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Candidates should write an essay that explores the dual nature of artificial intelligence's (AI) impact on diplomacy. The essay should ~~include a brief historical context of~~ **situate the discussion in historical perspective regarding** how technology has previously transformed diplomatic practices (e.g., telegraph, telephone, Internet, **cartography, aviation, nuclear technology, environmental science**), establishing a foundation for understanding AI's current impact.

The essay should highlight AI's capacity to enhance efficiency in data processing, early warning systems, and public diplomacy, while also addressing the ethical dilemmas, issues of algorithmic bias, and the potential erosion of human agency in decision-making. Candidates should discuss how AI might transform key diplomatic functions such as negotiation strategies, intelligence gathering, and multilateral cooperation. **They may also highlight AI's role in streamlining bureaucratic functions such as document management, scheduling, and reporting.**

~~Specific examples should include~~ **For example, candidates may discuss:** AI-powered conflict prediction systems, automated translation for diplomatic communications, the use of AI in cyber diplomacy, virtual embassies and digital ambassadors **(as noted in Konovalova, 2023)**, AI-assisted treaty analysis, and predictive modeling for international relations scenarios. **Candidates may also cite diplomatic initiatives such as Brazil's presidency of the BRICS (2025), which proposed inclusive AI governance emphasizing mitigation of digital asymmetries, multilateral coordination, and interoperable standards.** Other relevant examples may be considered, if properly related to the proposed topic.

The essay should also address the challenges and risks, including: concerns about algorithmic bias in diplomatic decision-making, the potential for AI to be manipulated by hostile actors, issues of data privacy and security in diplomatic communications, the risk of over-reliance on automated systems, and the potential loss of human intuition and cultural sensitivity in diplomatic negotiations.

Candidates can argue for the necessity of developing international norms and regulations for AI in diplomacy to ensure its responsible and ethical deployment. The essay should emphasize the continued irreplaceable role of human judgment, interpersonal trust, and cultural understanding in diplomatic relations. **It is also acceptable to argue that, despite technological shifts since the Industrial Revolution, diplomacy remains inherently dependent on human capacities.** Candidates can explore other relevant arguments, as long as they are adequately pertinent and connected to the topic presented.

The conclusion may address how diplomacy might evolve to incorporate AI while maintaining its core principles of representation, negotiation, and reporting. Candidates should demonstrate understanding that while AI can enhance diplomatic capabilities, the fundamental human elements of diplomacy remain essential.

The essay should be well structured, with clear introduction, body paragraphs addressing different aspects of the topic, and a thoughtful conclusion. Given the 65-70 line requirement, candidates should ensure adequate depth in their analysis while maintaining coherence and avoiding superficial treatment of the subject. **Both approaches - emphasizing the historical trajectory first and then situating AI within it, or focusing mainly on AI with historical references as introduction - are equally valid, provided both required aspects are addressed.**

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Inglesa – Resumo

Aplicação: 24/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Narratives have shaped history and strategic narratives in particular have played a key role in the relations between men and nations. ~~even if the many distinct strands of narratives often clash with each other. Once a given narrative becomes prevalent within a group or society, it will seldom be replaced but it is malleable enough to change and adjust to new historic circumstances.~~ **For leaders, strategic narratives serve a critical purpose: they create a shared vision and foster a sense of unity both domestically and internationally. However, polarity-based narratives, in which international relations are viewed as power struggles, are contraposed to network-based narratives, in which a more diverse array of actors diffuses the influential impact in international relations. If the idea of polarity is abandoned altogether and the network based narrative knowledges are adopted instead, humanity can come to a clearer and deeper understanding of the contemporary world. This approach recognizes the world as a complex web of interconnected hubs and nodes, including various state and non-state actors that influence global dynamics.**

~~Unlike polarity based narratives, network based narratives provide a very complex and nuanced multi layered account of countries and their relationships, for they incorporate in their wider framework contemporary and hitherto unknown or new non state actors playing vital roles in global affairs alongside traditional state actors. This network-based viewpoint provides a more accurate reflection of the modern global landscape. Unlike a traditional view that focuses solely on great powers, a network narrative acknowledges the increasing influence of diverse entities, such as powerful tech companies like Google and Meta. It also highlights the significant role of nations that, while not superpowers, act as crucial hubs within the global system, like Germany, Singapore, and Qatar. By moving beyond a simple polarity framework, we can better understand how these nations leverage their economic and diplomatic ties to exert substantial regional and global influence.~~

In a post-Cold War international scenario, a general consensus has not yet emerged on the true nature of the international order. Diverse types of actors, such as non-state organisations, have been playing fundamental roles in the international influence setting, even though the key roles of great political powers have remained unreduced. Therefore, the features of today's international order require the construction of narratives that are able to account for this multi-layered web of interactions and influence, that characterizes the contemporary landscape of international relations.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 1

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Quanto às características e ao fundamento das normas jurídicas, o(a) candidato(a) deve discutir os elementos que as principais teorias costumam elencar como caracterizadores da norma jurídica, **como o consensualismo, a vontade dos Estados e a pluralidade de fontes: tratados/convenções, costumes, princípios gerais do direito, e os fundamentos, como a igualdade soberana, a não intervenção, a proibição de uso da força, a autodeterminação dos povos, a máxima de *pacta sunt servanda*, a cooperação internacional e a solução pacífica dos conflitos.** O(A) candidato(a) deve demonstrar conhecimento sobre as discussões relativas à existência e à natureza do direito internacional, pontuando as críticas ao direito internacional público (DIP), bem como as respostas a elas. Poderá ressaltar as semelhanças e as diferenças em relação ao direito interno e a seus impactos para o debate acerca da existência e natureza do DIP. Um dos debates frequentes acerca do DIP refere-se ao caráter obrigatório de suas normas. Espera-se que o(a) candidato(a) explique por que o direito internacional é obrigatório, distinguindo as normas jurídicas internacionais de outros tipos de normas, como as sociais e as comportamentais. **A obrigatoriedade deriva do consensualismo dos Estados, cuja garantia se dá pela necessidade de cooperação, pela existência de normas *jus cogens* (normas imperativas) e pelo costume/direito consuetudinário.** Outro debate frequente atinente ao DIP refere-se à eficácia de suas normas. O(A) candidato(a) deve apresentar os principais elementos da discussão, como os desafios decorrentes das características próprias da ordem internacional, como descentralização, **ausência de autoridade central**, soberania estatal, **existência de normas não escritas, reconhecimento e aceitação universal**, entre outros.

Cabe ao(à) candidato(a) apresentar duas das principais correntes teóricas sobre o assunto, tais como voluntarismo (**subjativismo**), estatismo, positivismo, jusnaturalismo, objetivismo e construtivismo. Não é necessário detalhar todas as escolas, mas ao menos duas que sejam relevantes para o debate.

Espera-se que o(a) candidato(a) discorra sobre a noção de soberania e sua relação com o direito internacional, devendo ressaltar que o direito internacional não é incompatível com a soberania dos Estados, mas se relaciona com ela, **que um não exclui o outro, nem que a soberania pode justificar o não cumprimento da norma jurídica internacional. A soberania é um dos fundamentos do direito internacional.**

Espera-se que o(a) candidato(a) relacione a discussão teórica com pelo menos dois exemplos de desafios recentes ao DIP, como instâncias de uso da força não autorizado pela Carta, cometimento de crimes internacionais, guerra tarifária, desconsideração do princípio da nação mais favorecida, mineração em fundos marinhos internacionais fora do regime da Convenção das Nações Unidas de Direito do Mar (CNUDM), descumprimento de decisão de tribunais internacionais, descumprimento de obrigações de desarmamento nuclear, violações do direito internacional humanitário (DIH), entre outros. Da mesma forma, o(a) candidato(a) deve apontar pelo menos dois exemplos de eficácia das normas jurídicas internacionais, como recursos a mecanismos de solução de controvérsias que resolveram conflitos, **uso de normas de comércio internacional em disputas**, reparações a indivíduos que sofreram violações de direitos humanos por meio de cortes regionais, sistemas de regimento para aviação civil, direito diplomático, integração regional, sistema do Tratado Antártico, proteção de espécies ameaçadas, **acordos ambientais, criação de tribunais ou órgãos internacionais**, etc. A partir dos exemplos, pode-se argumentar que o direito internacional se encontra em momento desafiador, em que sua própria existência é questionada, podendo-se, entretanto, acrescentar que, mesmo diante de sérias violações e desafios ao DIP, as normas jurídicas internacionais ainda são respeitadas na maior parte das vezes, regulando o comportamento e definindo parâmetros da ordem internacional.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 2

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O(A) candidato(a) deverá discorrer sobre o princípio da solução pacífica de controvérsias, previsto no art. 2.º, § 3.º, da Carta das Nações Unidas, segundo o qual “todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais”. Deverá abordar os meios de solução pacífica de controvérsias, tais como aqueles listados no art. 33 da Carta das Nações Unidas – negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial e recurso a entidades ou acordos regionais.

A proscrição do uso da força — a ilegalidade da guerra como extensão da política, com as salvaguardas do direito natural — é a pedra angular que insta o conjunto normativo à coerência e à estabilidade. O Pacto Briand-Kellogg, que surgiu após os horrores da primeira guerra moderna em grande escala — 17 milhões de mortos, guerra química, terra arrasada — marcou o momento no qual juristas deram forma ao sentimento de repulsa à guerra. A construção de soluções pacíficas passou a ser o *Zeitgeist*. A Segunda Guerra Mundial, estertor do velho mundo, foi confrontada com objeções que o pensamento iluminado pela solução pacífica de conflitos internacionais traduziu em conceitos e instituições. *Vide* o desenvolvimento do direito humanitário, o conceito de genocídio e o de segurança coletiva. O multilateralismo, encimado pela edificação da Organização das Nações Unidas, ocorreu ao influxo da rejeição à guerra. Nesse ambiente, gestaram-se tratados, como o da não proliferação de armas nucleares, ante a possibilidade técnica de mútua destruição por meio de armas nucleares.

O modo típico do direito internacional público de fazer frente a condutas ilícitas, diferentemente do direito interno — *municipal law* —, induz à sensação de ineficácia desse modo de regrar condutas. Caberá ao(à) candidato(a) discorrer sobre o assunto, apontando a responsabilidade internacional como a consequência de atos ilícitos internacionais. Poderá mencionar os artigos da Comissão de Direito Internacional sobre a responsabilidade do Estado por atos ilícitos internacionais, com ênfase nos aspectos atinentes aos meios de reparação. O(A) candidato(a) poderá ponderar que as formas sancionadoras do direito internacional público são as que condizem com a realidade política. A sofisticação da capacidade destrutiva do armamento moderno faz imperiosa a solução jurídica de dissensos.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 3

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O(A) candidato(a) deve reconhecer que há distinção entre os diferentes sujeitos de direito internacional, o que impacta as teorias sobre os critérios para determinação da personalidade internacional. Podem ser citadas como exemplos as distinções nas áreas de responsabilidade internacional, o acesso a tribunais, a relação com outros sujeitos de direito e a participação na elaboração das normas internacionais. Cabe ao(à) candidato(a) tratar da aplicação direta de normas internacionais aos sujeitos de direito internacional público (DIP), inclusive com a atribuição de direitos e obrigações. Ao reconhecimento do Estado como sujeito de direito internacional, cabe acrescentar o surgimento de outros entes com personalidade jurídica internacional, como as organizações internacionais. Poderão ser mencionados os pronunciamentos da Corte Internacional de Justiça (CIJ) a respeito, especialmente na Opinião Consultiva sobre Reparações (1949). Poderá ser mencionado, ainda, o debate sobre a extensão da personalidade jurídica internacional a outros entes, inclusive indivíduos.

Corolário da discussão anterior, cabe ao(à) candidato(a) aplicar à situação de grupos armados não estatais os conceitos apresentados. Tradicionalmente, tais grupos não são considerados sujeitos de DIP, não detendo personalidade jurídica internacional. O(A) candidato(a) pode reconhecer, entretanto, as instâncias de aplicação direta de normas internacionais a grupos armados não estatais, citando como exemplo o direito internacional humanitário e os dispositivos de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Poderá discutir, também, os casos específicos de beligerantes e movimentos de libertação nacional que, em determinadas circunstâncias, podem deter capacidade internacional limitada.**

O(A) candidato(a) deve apresentar a definição de legítima defesa, podendo valer-se do teor do art. 51 da Carta das Nações Unidas. A previsão da legítima defesa é exceção à proibição geral do uso da força, também contida na referida Carta (art. 2.4). Cabe ao(à) candidato(a) apresentar os requisitos tradicionais da legítima defesa no direito internacional, mencionando a existência de ataque armado como condição necessária para seu exercício. Poderá ser mencionada, também, a necessidade de que as ações de resposta sejam necessárias e proporcionais.

O(A) candidato(a) deve mencionar os principais argumentos favoráveis e contrários à legalidade do exercício de legítima defesa contra atores não estatais, podendo recorrer, por exemplo, ao direito dos tratados na interpretação do art. 51 da Carta, abordando soberania territorial, responsabilidade internacional e atribuição, doutrinas sobre controle efetivo, entre outros aspectos. O(A) candidato(a) deve demonstrar conhecimento do posicionamento da CIJ acerca do tema, segundo o qual o direito à legítima defesa é restrito a relações interestatais. Pode citar os principais precedentes, como o caso concernente a atividades militares e paramilitares na Nicarágua e contra esta (1986) e o caso relativo a atividades armadas no território do Congo (2005), bem como pode mencionar os debates acadêmicos e aqueles em curso na Organização das Nações Unidas, ressaltando a existência de novas teorias, a fim de justificar a legítima defesa contra atores não estatais, bem como os limites e obstáculos para que tais teorias venham a se consolidar no direito internacional.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 4

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Haja vista a diminuta dimensão territorial (0,44 km²) do Estado da Cidade do Vaticano, sua população de menos de mil pessoas e a inexistência de força armada, é, por tradição histórica, que se constrói a sua personalidade jurídica como sujeito especial de direito internacional público. Após a unificação da Itália em 1870, surgiu a questão romana: qual a natureza jurídica do bispo de Roma enquanto também papa da Igreja Católica no mundo, e como a Itália se relacionaria com essa entidade? Em 1929, os Acordos de Latrão puseram termo à questão romana nascida da anexação dos Estados pontifícios ao reino da Itália, com o reconhecimento da soberania do Estado da Cidade do Vaticano. Com peculiaridades tributárias e penais, a cidade-Estado do Vaticano é a pessoa de direito público externo que mais guarda similitude com os sujeitos por excelência do direito das gentes. Com a soberania plenamente reconhecida, celebra tratados, envia e recebe agentes diplomáticos, participa de organizações internacionais, tais como a OMS, a UPU, a OIT, e tem assento de observador na ONU. O Estado da Cidade do Vaticano tem ordenamento jurídico próprio, denominado direito canônico.

O papado atuou para a solução pacífica de conflitos ao longo do tempo, na condição de mediador ou árbitro, a exemplo da questão do Canal de Beagle, entre Argentina e Chile, em 1978, da atuação em tempo remoto do papado para ordenar as relações do litígio entre os Estados católicos da Espanha e de Portugal, com a edição da Bula *Inter Coetera* ao final do século XV. A Bula *Rerum Novarum* de 1891 e a Bula *Pacem in Terris* de 1963 são referências da atuação internacional do papado.

O papado mantém relações com grande número de Estados. As relações com o Brasil datam do Primeiro Reinado, com a representação elevada à categoria de embaixada já na República Velha. O representante papal núncio apostólico, *primus inter pares*, tem precedência sobre os demais embaixadores, sendo decano do corpo diplomático acreditado no Brasil. O núncio exerce dupla missão: espiritual e secular, com a sede diplomática em Brasília — indicada na sinalização urbana como Embaixada da Santa Sé e instalada com simbologia a conotar a importância da relação política estabelecida. O Decreto n.º 7.107/2010 promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil e regula as relações entre o Brasil e a Santa Sé, consolidando os direitos e deveres recíprocos e expressando reconhecimento da soberania de ambos os signatários.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 1

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- 1 A elasticidade-preço da demanda é uma medida da sensibilidade da quantidade demandada a uma variação no preço de um bem. O valor numérico da elasticidade é calculado pela razão entre a variação percentual na quantidade demandada e a variação percentual no preço ($E = \% \Delta Qd / \% \Delta P$). Dado que a relação entre preço e quantidade é geralmente inversa (conforme a lei da demanda), o valor é tipicamente negativo. O valor da elasticidade-preço da demanda é normalmente interpretado em termos de valor absoluto. Se $|E| > 1$, a demanda é elástica, indicando alta sensibilidade da demanda ao preço — uma variação no preço corresponde a uma variação mais do que proporcional na quantidade demandada. Se $|E| < 1$, a demanda é inelástica, e determinada variação no preço corresponde a uma variação relativamente menor, em termos percentuais, na quantidade demandada.
- 2 Sim, existe um potencial conflito entre os objetivos de gerar receita e de desestimular o consumo. Para o objetivo de se elevar a arrecadação fiscal, o ideal é que a demanda seja inelástica ($|E| < 1$). Nesse cenário, o aumento de preço não reduz significativamente o consumo, mantendo a base de cálculo do tributo elevada. Por outro lado, para que o objetivo de promoção da saúde seja atingido, a demanda deve ser elástica ($|E| > 1$), pois, assim, o aumento de preço levaria a uma redução expressiva do consumo — mas, nesse caso, a arrecadação será menor. Verifica-se que existe um *trade-off* entre os dois objetivos: maior êxito em alcançar um deles implica relativo fracasso no outro.
- 3 O impacto total de uma alta de preços na quantidade demandada reflete a soma de dois efeitos distintos: o efeito substituição e o efeito renda. O efeito substituição representa a mudança no consumo decorrente da alteração dos preços relativos; o bem se torna mais caro em comparação com seus substitutos, o que invariavelmente leva à redução de seu consumo. Assim, a direção do efeito substituição é inequívoca — uma alta de preços **positivos** corresponde a uma redução na quantidade demandada. Já o efeito renda captura a variação na quantidade demandada resultante da perda de poder de compra real do consumidor provocada pelo aumento do preço do bem.
- 4 A direção do efeito renda e conseqüentemente o impacto total dependem da natureza do bem. Se as bebidas açucaradas forem um bem normal, o efeito renda é **negativo positivo**: com a **redução ampliação** do poder de compra, o consumidor também **reduzi aumentará** seu consumo. Assim, os efeitos substituição e renda atuam na mesma direção, reforçando-se mutuamente, **ou seja, há elasticidade-renda da demanda positiva**. Contudo, se as bebidas açucaradas forem consideradas um bem inferior, o efeito renda será **positivo negativo**: a **redução ampliação** do poder de compra levaria a uma **aumento redução** do consumo desse bem, **ou seja, haveria elasticidade-renda da demanda negativa**. São geralmente bens de qualidade inferior substituídos por opções melhores quando a renda sobe (ex.: transporte público, carne de segunda etc.). Nesse caso, o efeito renda se oporia ao efeito substituição, atenuando a queda total no consumo, o que tornaria o imposto menos eficaz para o alcance do objetivo de saúde pública, mas contribuiria para o objetivo de maior arrecadação fiscal.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 2

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A inflação crônica prejudicou a economia brasileira por décadas, especialmente entre os anos 80 e meados dos anos 90 do século XX. Nesse período turbulento, o país passou por uma série de planos econômicos, de abordagens tanto ortodoxas quanto heterodoxas, com o firme objetivo de estabilizar os preços. Dois desses planos se destacam pela sua relevância e pelos seus resultados distintos: o Plano Cruzado, de 1986, e o Plano Real, de 1994. Embora ambos tivessem o objetivo comum de combater a inflação, suas estratégias e sucessos foram marcadamente diferentes.

O Plano Cruzado foi uma aposta na heterodoxia, caracterizado por um choque forte e imediato na economia. Sua principal ferramenta foi o congelamento generalizado de preços e salários. Essa medida drástica visava quebrar a inércia inflacionária, paralisando a espiral de reajustes. Complementarmente, o governo instituiu o tabelamento de preços para diversos produtos, incentivando até mesmo a população a fiscalizar e denunciar abusos. A intenção era também promover uma desindexação da economia, eliminando os indexadores que alimentavam a inflação. Contudo, essa tentativa foi comprometida pela criação do gatilho salarial, um mecanismo que previa reajustes automáticos dos salários a cada 20% de inflação acumulada. Embora visasse proteger o poder de compra, o gatilho acabou por reativar a espiral inflacionária quando acionado, mostrando uma inconsistência na própria estratégia de desindexação. A moeda, o cruzado (Cz\$), foi introduzida para simbolizar a ruptura com o passado inflacionário do cruzeiro.

O Plano Real, por outro lado, adotou uma abordagem mais gradual e fundamentada em princípios ortodoxos, com um forte componente de credibilidade. Sua estratégia de desindexação da economia foi muito mais sofisticada e bem-sucedida, começando com a introdução da unidade real de valor (URV). A URV funcionava como uma “moeda de conta” estável, indexada ao dólar, preparando a população para uma nova referência de valor antes da transição da moeda física. Somente após essa fase de adaptação foi que a nova moeda, o real (R\$), foi efetivamente criada e posta em circulação.

Diferentemente do cruzado, o real não começou com congelamento de preços. Em vez disso, focou em pilares fundamentais da estabilidade macroeconômica. Um rigoroso ajuste fiscal e controle monetário foram implementados para conter os gastos públicos e a emissão de moeda, atacando as causas da inflação. Além disso, a abertura comercial foi uma medida crucial do Plano Real, com a redução de tarifas de importação. Isso não só aumentou a oferta de produtos no mercado interno, combatendo pressões inflacionárias, mas também estimulou a competitividade e a modernização da indústria nacional.

A principal diferença entre as desindexações dos dois planos reside no método e na consistência. Enquanto o Plano Cruzado tentou uma desindexação abrupta com o gatilho salarial como contradição, o Plano Real utilizou a URV para uma transição gradual e consciente, garantindo que os preços já estivessem convertidos em uma base estável antes da entrada da nova moeda. Esse conjunto de medidas, aliado a uma forte credibilidade e ao apoio político, resultou no fim da hiperinflação que tanto afetava o Brasil. O Plano Real não apenas estabilizou a economia, mas também restaurou o poder de compra da população, marcando um dos maiores sucessos econômicos da história recente do país.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 3

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A equação quantitativa da moeda é dada por $M \times V = P \times Y$, em que M é a oferta de moeda, ou quantidade de moeda; V , a velocidade da moeda, isto é, a frequência com que a moeda troca de mãos; P , o nível geral de preços; e Y , o produto real. A equação é uma identidade contábil que afirma que o valor total gasto na economia (a oferta de moeda, M , multiplicada pelo número de vezes que ela gira, V) deve ser igual ao valor nominal do produto (o nível de preços, P , multiplicado pela produção real, Y).

Para transformar essa identidade em uma teoria, assumem-se dois pressupostos para o longo prazo: primeiro, que a velocidade da moeda (V) é constante, pois reflete hábitos e tecnologias de transação que mudam lentamente; segundo, que o produto real (Y) está fixo em seu nível de pleno emprego (ou potencial), sendo determinado por fatores reais (capital, trabalho, tecnologia).

Com base nos pressupostos de que as variáveis V e Y podem ser consideradas fixos, a principal predição da TQM é a existência de uma relação diretamente proporcional entre a oferta de moeda (M) e o nível de preços (P). Assim, a taxa de crescimento da oferta monetária (M) determina a taxa de inflação de longo prazo. A teoria afirma o princípio de neutralidade da moeda, segundo o qual qualquer variação na quantidade de moeda (M) afeta somente variáveis nominais, como o nível de preços (P), e não tem impacto sobre variáveis reais como produto e emprego.

Segundo a TQM, a política monetária é ineficaz para promover o crescimento econômico de longo prazo. A moeda é considerada neutra e não pode influenciar variáveis reais, como a acumulação de capital e o progresso tecnológico, que determinam o crescimento do produto potencial. O papel da política monetária, segundo essa visão, não é gerar crescimento diretamente, mas sim garantir a estabilidade de preços e controlar a inflação de longo prazo, o que é feito pelo Banco Central por meio da gestão da expansão monetária.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 4

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

No universo da economia internacional, a “tríade impossível”, também chamada de trilema de Mundell-Fleming, defende, em sua essência, que um país não consegue ter, ao mesmo tempo, um regime de câmbio fixo, livre mobilidade de capitais e autonomia da política monetária.

O primeiro desses pilares, o regime de câmbio fixo, é como uma âncora para a moeda nacional, em que o Banco Central decide manter seu valor estável em relação a outra moeda ou a um grupo delas. Isso traz uma sensação de segurança e previsibilidade para investidores, importadores e exportadores. A livre mobilidade de capitais, por sua vez, é a possibilidade de o capital ser transferido sem amarras, facilitando investimentos, tanto diretos quanto de portfólio, e permitindo uma diversificação mais ampla. Por último, a política monetária autônoma é a liberdade que o Banco Central tem de usar suas ferramentas — as taxas de juros, as operações no mercado aberto e as exigências de reservas — a fim de influenciar a economia interna. A taxa básica de juros é a variável básica da política monetária, e influencia diretamente o custo do crédito e, por consequência, o ritmo da atividade econômica.

As escolhas que se fazem entre esses três objetivos determinam o futuro econômico de um país. A combinação de câmbio fixo com livre mobilidade de capitais traz previsibilidade a quem comercializa e investe do exterior, atraindo o capital e impulsionando o crescimento. O revés, contudo, é a perda de controle sobre a política monetária. Para manter a moeda estável, o Banco Central se vê obrigado a alinhar suas taxas de juros com as internacionais, abandonando a capacidade de combater a inflação ou de estimular a economia quando necessário.

Por outro lado, se um país decide combinar o câmbio fixo com a autonomia da política monetária, o seu Banco Central adquire a capacidade de injetar incentivos na economia local sem se preocupar com a instabilidade cambial. No entanto, essa escolha impõe uma barreira: a necessidade de controles sobre a mobilidade de capitais. Isso significa que investidores não terão a mesma liberdade para diversificar seus ativos globalmente, o que pode afastar investimentos estrangeiros diretos, impactar como os recursos são alocados e dificultar o acesso a financiamento externo.

Por fim, a rota mais trilhada pelas grandes economias é a combinação da livre mobilidade de capitais com política monetária autônoma. A vantagem é clara: o Banco Central consegue estabilizar a economia doméstica enquanto empresas e investidores podem movimentar seus recursos por todo o globo com facilidade. A desvantagem, porém, é a aceitação de um regime de câmbio flutuante, que traz consigo a volatilidade cambial. Essa volatilidade pode criar um conjunto de incertezas para exportadores e importadores, e ainda expor a economia a vendavais externos, exigindo que o país se equipe com mecanismos de *hedge* e fortaleça sua resiliência interna.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 1

Aplicação: 24/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A geografia moderna consolidou-se no século XIX, impulsionada pelos ideais iluministas e pelo avanço da ciência empírica. Nesse período, a Europa vivia o fortalecimento dos Estados-nações e a corrida imperialista, o que fez da geografia uma ferramenta de organização espacial a serviço do poder estatal. A disciplina passou a ser vista como ciência útil para o controle territorial e administrativo dos espaços nacionais, **reforçando discursos de identidade e legitimando tanto a dominação interna quanto a expansão para além das fronteiras**. Esse contexto também foi marcado pela institucionalização da geografia como disciplina acadêmica, servindo à construção do saber estatal e ao fortalecimento dos aparatos ideológicos das nações emergentes. A geografia foi usada para reforçar discursos de identidade nacional e justificar a ocupação de territórios, sendo integrada aos currículos acadêmicos e à formação cívica. **Os processos de institucionalização tiveram grande impulso na Alemanha, com a atuação de Alexander von Humboldt e Carl Ritter, considerados fundadores da geografia científica moderna. Humboldt sistematizou a observação empírica e buscou leis gerais da natureza, integrando fenômenos físicos e humanos em sua obra Kosmos. Ritter, por sua vez, enfatizou a geografia histórica e regional, destacando as inter-relações entre natureza e cultura.** As descrições geográficas reforçavam fronteiras legítimas, exaltavam recursos naturais e paisagens “nacionais”, legitimando a dominação interna e externa. Além disso, o ensino de geografia contribuiu para a formação de um imaginário nacional, no qual o território era concebido como expressão do destino coletivo de um povo, o que justificava políticas de expansão e de homogeneização cultural. O estudo da geografia (estudo da Terra) possibilitou o desenvolvimento dos conhecimentos sobre o clima e o meio ambiente, igualmente inseridos em campos de disputa de poder – mas também da própria sobrevivência dos seres vivos.

Território, no contexto moderno, é compreendido como o espaço apropriado, delimitado e exercido pelo poder soberano do Estado. Essa concepção se enraizou na geopolítica europeia, articulando espaço, poder e identidade. A territorialidade passou a representar o controle sobre o espaço físico, legitimando a centralidade do Estado nacional. O território tornou-se uma extensão da soberania, sendo representado por fronteiras físicas e simbólicas que delimitam não apenas o espaço governado, mas também os contornos da identidade nacional e da autoridade legítima. A geografia foi essencial para construção simbólica da identidade nacional, por meio da exaltação de símbolos naturais, regiões culturais e narrativas históricas. Essa relação contribuiu para reforçar o sentimento de pertencimento territorial. A cartografia também desempenhou papel importante, por meio de mapas que naturalizavam a existência do Estado. Além disso, a valorização de marcos geográficos, como rios, montanhas ou planícies, passou a compor o imaginário nacional, servindo como elementos de distinção e orgulho patriótico frente a outros países. **Além desses, também se destacam os conceitos de espaço geográfico, lugar, região e paisagem, que estruturaram a disciplina como ciência e serviram ao fortalecimento político dos Estados.** Autores como Friedrich Ratzel (Alemanha), Paul Vidal de La Blache (França) e Halford Mackinder (Inglaterra) desenvolveram conceitos centrais da geografia moderna. Ratzel introduziu o conceito de “espaço vital”, associado à expansão territorial. Vidal de La Blache destacou a noção de região como expressão cultural. Mackinder teorizou o papel estratégico do espaço no domínio global. Suas obras refletiam os interesses geopolíticos de seus países e ajudaram a consolidar uma geografia a serviço da organização estatal e da expansão territorial, muitas vezes com forte conteúdo nacionalista.

A geografia foi amplamente utilizada pelos impérios europeus para explorar, cartografar e controlar os territórios coloniais, servindo à lógica do expansionismo imperialista. A produção geográfica contribuiu para categorizar povos colonizados como “inferiores” e justificar sua dominação. Mapas, estatísticas e descrições etnográficas foram ferramentas para delimitar espaços de dominação e extrair recursos naturais e humanos, inserindo os territórios coloniais em redes de controle econômico e político subordinadas às metrópoles europeias. A fronteira moderna tornou-se uma linha rígida, definida e politicamente sensível. A geografia contribuiu para essa concepção ao estabelecer critérios “científicos” para demarcações territoriais, associando identidade, segurança e soberania ao espaço. A fronteira passou a ser vista como elemento da ordem e da identidade do Estado. Esse processo contribuiu para cristalizar divisões territoriais e conflitos geopolíticos, transformando fronteiras em dispositivos de controle e exclusão, com implicações diretas nas relações internacionais e nos direitos das populações limítrofes. A geopolítica foi um desdobramento da geografia moderna com forte viés estratégico e militar, o que se evidencia pelo fato de as Forças Armadas sempre disporem dos seus próprios serviços cartográficos. Autores como Ratzel, Kjellén e Mackinder teorizavam sobre o espaço em função do poder. A *heartland theory*, de Mackinder, **por exemplo**, propunha o domínio da Eurásia como chave para controlar o mundo, influenciando políticas imperialistas e expansionistas. Essas formulações geopolíticas tiveram forte impacto nas decisões militares e diplomáticas de potências, como Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos da América, consolidando a visão de que o controle territorial era condição essencial para o poder global.

A partir da segunda metade do século XX, a geografia moderna passou a ser criticada por seu eurocentrismo, determinismo e funcionalismo estatal. Abordagens críticas, como a geografia pós-colonial, questionam o papel da disciplina na legitimação da dominação imperial e propõem leituras descentralizadas e plurais do espaço. Essas críticas também revelam a necessidade de se repensarem categorias geográficas clássicas à luz de novas epistemologias, que valorizem saberes locais, culturas subalternizadas e a diversidade de experiências territoriais fora do eixo eurocêntrico. Nesse período, emergiu, também, a geografia teórico-quantitativa, marcada pelo amplo emprego de modelos matemáticos e estatísticos na interpretação do espaço geográfico. Já no final da década de 1960, e sobretudo nos anos 1970, a disciplina evidenciou uma inflexão mais radical, orientada pela geografia crítica, que assumiu uma postura politicamente engajada diante das grandes questões sociais e de suas manifestações espaciais. No Brasil, a geografia crítica consolidou-se a partir do final dos anos 1970, tendo em Milton Santos uma de suas principais referências. Paralelamente emergiu a geografia humanística, outro movimento de renovação do pensamento geográfico nas décadas de 1970/1980, que surgiu com foco na experiência, na percepção, na subjetividade e na vivência do espaço. Essas correntes propõem novas epistemologias que valorizam a diversidade cultural, os saberes locais e as perspectivas plurais sobre o espaço. Embora criticada, a geografia moderna ainda influencia discursos políticos e territoriais. Conceitos como território, identidade e soberania continuam centrais em debates sobre nacionalismo, separatismo e fronteiras. O desafio contemporâneo é reinterpretar esses conceitos de forma crítica, democrática e sensível à diversidade cultural e política dos territórios. Além disso, a compreensão do legado da geografia moderna é essencial para se entender como o espaço geográfico ainda serve como arena de disputas por poder, recursos e reconhecimento no cenário internacional atual.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 2

Aplicação: 24/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A construção de rodovias na Amazônia Legal, durante o regime militar no Brasil, significou a incorporação de novas terras a um projeto de desenvolvimento nacional pautado na dinâmica do capitalismo global e no caráter conservador das políticas que desconsideram as populações locais e as características naturais do bioma amazônico. A consolidação dessa estratégia de desenvolvimento foi lenta e dependente da consolidação das infraestruturas planejadas, pois a modernização conservadora mantém e reforça a manutenção de desigualdades. A implantação de sistema rodoviário em detrimento do transporte hidroviário foi acompanhada de projetos de colonização agrícola, de exploração mineral, de industrialização da Zona Franca de Manaus, da criação de cidades, da política de segurança nacional por meio do Programa Calha Norte e da instalação de hidrelétricas, aeroportos, portos, entre outras iniciativas, que modernizaram o território, criando frentes de ocupação populacional e de expansão agropecuária e mineral, reforçando a inserção do Brasil em um sistema de economia-mundo, com o papel de produtor de commodities agrícolas e minerais.

As hidrovias possibilitaram a ocupação inicial da Amazônia Legal e desempenham papel importante na articulação da rede urbana, bem como na modernização e na exploração do território, transportando pessoas e, principalmente, cargas, tanto para o abastecimento das cidades quanto para o transporte de grãos, minérios, produção industrial da Zona Franca de Manaus e produção agropecuária em geral. As principais hidrovias são as dos rios Amazonas, Solimões, Madeira, Tocantins, Araguaia e Tapajós. Além das hidrovias principais, rios, como o Xingu, o Trombetas, o Jari, o Purus, o Juruá, o Acre, o Iaco, entre outros, também são importantes para a navegação na região, com trechos navegáveis que variam em extensão e condições de navegabilidade. Na Amazônia Legal, a construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da BR-230 (Transamazônica), na década de 1970, simbolizaram a anexação da região à dinâmica produtiva do restante do país, entretanto a pavimentação parcial dos percursos de ambas as rodovias não permitiu o desenvolvimento pleno do capitalismo no campo e retardaram qualquer iniciativa de aproveitamento pleno das vantagens logísticas e localizacionais que ambas as rodovias pudessem oferecer. Outras rodovias, como a BR-364 (Cuiabá – Porto Velho – Rio Branco), a BR-319 (Manaus – Porto Velho), a BR-010 (Belém – Brasília) e a BR-174 (Manaus – Boa Vista), são infraestruturas rodoviárias de modernização do território e articulação da rede urbana. A rede rodoviária apresenta limitações quanto ao alto custo de manutenção e limitações de ordem jurídica, ao percorrerem unidades de conservação e terras indígenas.

A articulação urbano-regional da Amazônia Legal é representada pelo conjunto de políticas e iniciativas de diversos atores sociais, governamentais e não governamentais, com vistas a promover o desenvolvimento e as rotas de integração da região com o Brasil e com os países vizinhos e o mundo. Destacam-se a rota de integração amazônica (Manaus a Manta, Equador) e a rota da ilha das Guianas e do Quadrante Rondon (Amazônia Legal com Bolívia e Peru). Essa articulação envolve estados, municípios, instituições de pesquisa, movimentos sociais, corporações e outros, com o objetivo de construir políticas, projetos e programas que atendam às necessidades específicas da região, que enfrenta obstáculos, como as grandes distâncias, o isolamento de cidades, a falta de infraestrutura, os fatores ambientais, bem como as mudanças climáticas. A rede urbana regional é mais articulada em cidades dotadas de rodovias com melhor pavimentação e hidrovias, ao passo que outras cidades são dependentes do transporte fluvial e aéreo, ficando isoladas e exercendo influência local. As cidades médias são espaços de materialização de projetos de modernização na Amazônia Legal. Há um conjunto de metrópoles articulado por Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá, que estendem influência sobre as cidades médias e um conjunto de centros urbanos menores.

A reestruturação da rede urbana e os novos papéis conferidos às cidades confirmam o perfil de uma nova estrutura produtiva, do mercado de trabalho e da importância política desses núcleos urbanos. São os fluxos os responsáveis por dar um novo sentido aos subespaços regionais como nós importantes de circulação de capitais, mercadorias, informações e pessoas em contextos de fronteiras de expansão econômica. As cidades atuam como centros de serviços, comércio e atividades econômicas que beneficiam suas regiões de influência, concentram funções terciárias, como abastecimento de combustível, comércio de insumos agrícolas, linhas aéreas regionais, representações de órgãos públicos, corporações e infraestruturas logísticas e agroindustriais.

A crescente produção de grãos na região Centro-Oeste, especialmente no estado do Mato Grosso, e em diversas áreas da Amazônia Legal, serviu como instrumento político para que as infraestruturas fossem finalmente consolidadas, a fim de reduzir custos de frete com a exportação de grãos, por intermédio dos portos amazônicos. A pavimentação e recuperação de rodovias, como a BR-163, proporcionou a consolidação desses importantes corredores logísticos para o agronegócio. A expansão da fronteira agropecuária, acompanhada da expansão dos recursos minerais e da instalação de projetos estruturantes, como as hidrelétricas de Tucuruí, Santo Antônio e Girau, induz a modernização do território. Um grave problema que tem ocorrido com a expansão do agronegócio na Amazônia é o processo de desterritorialização, que afeta terras tradicionalmente ocupadas por

populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas e agricultores familiares. Destaca-se também o uso crescente das hidrovias, o que tem gerado impacto tanto nos cursos hídricos quanto nas populações ribeirinhas. O desmatamento, os conflitos socioterritoriais e as ameaças de ocupação ilegal de terras indígenas, unidades de conservação, terras de pequenos produtores e comunidades quilombolas têm-se intensificado pela expansão da produção do agronegócio, da mineração, da extração ilegal de madeira e por grandes projetos de infraestrutura. As cidades médias da Amazônia Legal exercem funcionalidades e papéis regionais de articulação entre campo e cidade; economia nacional e internacional, por meio das redes de transporte, que podem ser rodoviárias ou hidroviárias — os portos regionais amazônicos exercem papel logístico de articulação da produção da Amazônia Legal em relação ao comércio internacional de *commodities*, sejam elas agropecuárias, minerais ou vegetais. Apesar de ser uma região com grande extensão territorial, a Amazônia Legal passa por processo de urbanização crescente, com cidades que apresentam maior concentração populacional e infraestrutura urbana.

Os principais portos da Amazônia Legal estão localizados em cidades estratégicas ao longo dos rios da região, como Manaus – AM, Porto Velho – RO, Santarém – PA, Itaituba – PA, Abaetetuba – PA, Barcarena – PA, Belém – PA, **São Luís – MA (Itaqui)** e Santana – AP. Esses portos desempenham um papel crucial no transporte de cargas, tanto para o mercado interno quanto para exportação, utilizando a extensa rede fluvial da região. **As hidrovias são importantes meios para escoar a produção agrícola, pois, apesar dos custos elevados na criação de terminais, permitem baixos custos de frete e manutenção e, como há muitos rios de planície, não há necessidade de eclusas. As hidrovias são propícias para escoar grandes volumes de produtos de baixo valor agregado, como a soja.** Há articulação com o transporte rodoviário de grãos, com destaque para a soja do Mato Grosso e de outros estados da Amazônia Legal, transportada por meio rodoviário até terminais portuários e destes para o mercado internacional. A Amazônia Legal tem extensa rede hidrográfica com grande potencial de navegação de baixo custo, em comparação com o transporte rodoviário. Fazem-se necessários investimentos na instalação de portos e na modernização dos já existentes, bem como na automação, na redução de burocracias e na melhoria da agilidade no transporte de cargas e pessoas. Os portos amazônicos têm sido uma alternativa viável para diminuição das distâncias e dos custos de transporte em relação aos portos do Centro-Sul.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 3

Aplicação: 24/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Os fluxos migratórios internacionais contemporâneos são fortemente influenciados por causas multifatoriais, como conflitos armados, instabilidades políticas, perseguições étnicas e religiosas, além de crises econômicas e desastres ambientais. O relatório anual da Organização Internacional para as Migrações identifica que mais de 70 milhões de pessoas foram forçadas a migrar devido a conflitos e violações de direitos humanos. As mudanças climáticas também têm sido um fator crescente, empurrando populações de regiões, como Sahel africano, Bangladesh e América Central para outras áreas do planeta. Casos como a guerra na Síria, iniciada em 2011, até a tomada de poder em 2025, provocaram o deslocamento de mais de 13 milhões de pessoas, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. A instabilidade prolongada no Afeganistão e a escalada de violência no Iêmen também impulsionam grandes ondas de refugiados em direção à Europa, à Ásia Central e à América do Norte. Esses deslocamentos costumam ocorrer em condições precárias, com risco à vida durante a travessia e dificuldades de acolhimento nos países de destino. Além dos conflitos armados, crises econômicas severas também têm impulsionado migrações massivas. A Venezuela, por exemplo, enfrenta desde 2015 um colapso econômico e institucional que já resultou na saída de mais de 7 milhões de pessoas do território nacional. O Haiti é outro exemplo, onde a instabilidade política, a pobreza crônica e os eventos climáticos extremos têm provocado deslocamentos constantes, principalmente rumo ao Brasil, ao Chile e aos Estados Unidos da América (EUA). **Além disso, outros fatores podem impulsionar os grandes movimentos migratórios internacionais contemporâneos, como a busca por melhor qualidade de vida (incluindo acesso facilitado a serviços de educação e saúde de qualidade e a países com melhores índices de segurança) e melhores oportunidades laborais.**

Nos países receptores, os migrantes muitas vezes ocupam postos de trabalho essenciais, ainda que mal remunerados e precários. Eles contribuem significativamente para setores como agricultura, construção civil e serviços domésticos. Segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, imigrantes são responsáveis por até 17% da força de trabalho em setores-chave da economia europeia. Essa mão de obra supre lacunas demográficas, especialmente em países com envelhecimento populacional, **representando aumento da População Econômica Ativa (PEA), o que contribui para maior estabilidade previdenciária. Além disso, a presença de migrantes favorece maior diversidade cultural e étnico-cultural nos países de destino, ampliando a pluralidade social.** Por outro lado, a chegada massiva de migrantes pode alimentar discursos xenofóbicos e políticas nacionalistas, **ao mesmo tempo em que intensifica o custo de vida, especialmente no mercado de moradia, e pressionam os serviços públicos.** Em momentos de crise econômica, há um aumento da percepção de que migrantes disputam empregos e pressionam os serviços públicos. Essa percepção foi notória no BREXIT e em políticas migratórias restritivas adotadas, nos últimos anos, por países como Hungria, Polônia e EUA. Governos reagem de maneiras distintas à pressão migratória. Enquanto países como Canadá e Alemanha investem em programas de acolhimento e integração, outros constroem barreiras físicas ou adotam políticas de deportação sumária. A Human Rights Watch critica práticas de contenção de migrantes que violam princípios do direito internacional humanitário, especialmente em fronteiras do Mediterrâneo e na América Central.

No mercado de trabalho, os migrantes frequentemente ocupam vagas informais e mal remuneradas, aceitando jornadas exaustivas e sem garantias legais, condições que a OIT estima envolverem mais de 60% desse público, o que os torna particularmente vulneráveis a abusos, assédio e acidentes. Sem documentação regular, muitos ficam à margem dos contratos formais e de mecanismos de denúncia, o que agrava a exploração em setores como agricultura, construção civil, serviços domésticos e de cuidados. Essa precarização não só atinge a renda e a segurança física dos trabalhadores migrantes, mas também reforça sua exclusão social e dificulta sua mobilidade e inserção urbana. O combate a esse cenário exige políticas de regularização migratória, fiscalização trabalhista efetiva e acesso a orientação jurídica, para o reconhecimento dos migrantes como sujeitos de direitos, e não apenas mão de obra descartável.

Os desafios de integração enfrentados pelos migrantes são diversos: barreiras linguísticas, culturais e legais dificultam o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e moradia. Conforme relatório da UNESCO, migrantes têm 30% menos acesso à educação formal nos países de destino. A ausência de políticas públicas voltadas à inclusão contribui para a marginalização desses grupos. **Deve-se, ainda, considerar a necessidade de não sobrecarregar o fornecimento de serviços públicos, de garantir integração social efetiva, de combater sistemas de tráfico de pessoas (como os coiotes na fronteira México-Estados Unidos da América) e de enfrentar problemas fronteiriços em geral, além de absorver e qualificar a mão de obra migrante.** Existem, contudo, experiências bem-sucedidas de políticas públicas que promovem a integração. Programas como o Welcome to Canada, os cursos de integração cívica nos Países Baixos e os sistemas de reconhecimento de diplomas adotados por Portugal mostram que é possível alinhar migração e desenvolvimento. A integração bem conduzida permite que migrantes se tornem ativos econômicos e culturais importantes para a sociedade receptora.

Em síntese, os grandes movimentos migratórios internacionais refletem desigualdades globais profundas. Apesar dos desafios, a migração também representa oportunidade de inovação, dinamização econômica, e enriquecimento cultural e incremento dos processos produtivos dos países receptores, especialmente quando absorvem mão de obra altamente especializada. Cabe aos Estados construir políticas baseadas em direitos humanos, cooperação internacional e solidariedade, como preconiza o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular da Organização das Nações Unidas.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 4

Aplicação: 24/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Lixão, também conhecido como vazadouro ou descarga de resíduos a céu aberto, é uma forma de disposição final de resíduos sólidos caracterizada pelo simples despejo do lixo sobre o solo, sem qualquer medida de proteção ao meio ambiente ou à saúde, ao passo que o aterro sanitário é um local para o armazenamento e confinamento dos resíduos em superfícies impermeabilizadas por uma série de camadas de materiais, como argila e polímeros, sendo a última camada composta por drenos que dão vazão aos líquidos e gases produzidos pelos materiais descartados. Os aterros sanitários oferecem um duplo ganho ambiental: em primeiro lugar, evitam o impacto que o metano, gás de efeito estufa altamente poluente, pode causar na atmosfera, sendo ele capturado para ser transformado industrialmente em biometano; em segundo lugar, permitem a substituição do gás de origem fóssil por um gás renovável, o que contribui para a descarbonização da economia. Os aterros sanitários são infraestruturas utilizadas para gerir os resíduos sólidos em todo o mundo a partir do controle da emissão de gases e líquidos contaminantes, bem como da reciclagem de material, sendo, assim, um instrumento da economia verde. **A gestão inadequada de resíduos sólidos é reconhecida como um desafio global, pois afeta diretamente o clima, a biodiversidade, a saúde humana e a qualidade dos ecossistemas.**

Com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, o Brasil passou a ter um marco regulatório na área de resíduos sólidos. Diferentes tipos de resíduos são considerados pela lei: doméstico, industrial, proveniente da construção civil, eletroeletrônico, lâmpada de vapores mercuriais, agrossilvopastoril, proveniente dos serviços de saúde, perigoso, entre outros. **A questão envolve dimensões transfronteiriças, o que inclui o transporte internacional de resíduos perigosos e eletrônicos e requer políticas de cooperação multilateral.**

Em grande parte dos lixões, mistura-se lixo doméstico com lixo hospitalar, industrial, entre outros, e não há seleção de materiais a serem reciclados, incinerados ou submetidos a tratamento especial. Por conseguinte, os lixões causam diversos e graves impactos ambientais, como contaminação do solo, da água do lençol freático e dos cursos hídricos a partir do escoamento irregular de chorume (líquido proveniente da decomposição do lixo); poluição do ar a partir de maus odores e liberação de gases de efeito estufa, como metano e dióxido de carbono, que contribuem para o aquecimento global; liberação de gases inflamáveis, como o metano; atração de vetores de doenças com riscos à saúde da população; atração de animais necrófagos, como urubus, que colocam em risco o transporte aéreo, em especial em áreas próximas de aeroportos. Entre os impactos sociais, destacam-se as condições precárias e insalubres em que trabalham os catadores de materiais recicláveis, sem direitos trabalhistas e com graves riscos de adoecimento e acidentes de trabalho. Os lixões afetam a saúde, a qualidade de vida e as condições de trabalho das comunidades próximas, precarizando a vida das populações que vivem em seus entornos e sofrem com a falta de saneamento básico. Os impactos econômicos dos lixões referem-se em geral à perda de potencial econômico da reciclagem de materiais, à elevação dos custos com saúde pública, à desvalorização imobiliária das áreas no entorno dos lixões e a passivos ambientais a partir da gestão ambiental inadequada de resíduos, bem como aos custos de mitigação de prejuízos ambientais assumidos por órgãos ambientais.

A problemática do lixo envolve a produção dos diversos tipos de resíduos, sua reciclagem e seu reaproveitamento na economia verde, deposição, descarte e gestão dos aterros sanitários e lixões. O lixo é um problema global, verificando-se, no século XXI, diversos tipos de contaminação por resíduos sólidos em escala global, como a contaminação dos oceanos e cursos hídricos, em especial, por materiais plásticos; a deposição ambiental incorreta que gera gases de efeito estufa que contribuem para o aquecimento global e as mudanças climáticas; a gestão irregular e a contaminação afetam as populações mais pobres e geram altos custos ambientais, sociais e econômicos aos países, precarizando a vida das populações que residem próximas de lixões ou que trabalham nesses locais. O descarte de lixo por países do Norte, que exportam resíduos sólidos para países do Sul, como material reciclável, é outro aspecto contraditório desta questão, **como, por exemplo, os resíduos da produção fast fashion, o lixo eletrônico, os pneus recauchutados, dentre outros.** Há diversos acordos internacionais sobre a problemática dos resíduos sólidos, como a Convenção de Basileia (1989), que visa controlar o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos — nela consta uma emenda recente sobre resíduos plásticos (2021); a ECO 92 (1992), que incluiu a discussão sobre resíduos sólidos e a necessidade de gestão global da questão; a Rio +20 (2012), que retomou a questão dos resíduos com foco na economia verde e erradicação da pobreza, temas correlatos à gestão ambiental. Destaca-se a necessidade de cooperação internacional nesse domínio, bem como do fomento e estímulo a mecanismos de financiamento para tecnologias de tratamento de resíduos nos países mais pobres — de forma similar aos mecanismos para a preservação florestal, como o Fundo Amazônia. **Cabe destacar também os Objetivos do Milênio (2000), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS (2015), o Oceans 2020 e a Agenda 2030.**

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 1

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O Brasil foi o único país da América do Sul a participar da Primeira Guerra Mundial, tendo sido a justificativa oficial para a sua entrada no conflito a política tradicional de amizade com os EUA e a solidariedade continental em um momento crítico na história do mundo. Ao ter decidido associar-se à coalizão que viria a ser vitoriosa nos campos de batalha, o Brasil procurava evitar arcar com os custos de um tratamento discriminatório por parte de seus tradicionais parceiros comerciais, **os quais esperavam um posicionamento do Brasil em detrimento à neutralidade demonstrada ao longo do conflito.** ~~##~~ Também houve a expectativa **também brasileira** de vir a obter em troca algum tipo de apoio ou recompensa no futuro.

A diplomacia brasileira na Conferência da Paz de 1919 foi permeada pela defesa dos direitos das potências menores, a fim de combater o comportamento das principais potências aliadas de alijarem os demais países do processo de tomada de decisões, tendo, concomitantemente, aspirado à conquista de um *status* equivalente ao das grandes potências, com a esperança de ver o Brasil projetar-se com destaque na arena internacional, **tendo participado, ainda, da criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pleiteado por indenização pelos prejuízos causados pelos ataques alemães à sua marinha mercante (navios afundados) e pelo confisco de bens.**

O contato entre as delegações brasileira e norte-americana em Paris foi baseado em estratégia de troca e ensejou uma política de auxílio recíproco, tendo como pontos, de comum acordo, a definição e o nome da organização, o apoio dos EUA ao pleito brasileiro sobre não aceitar a partilha dos navios alemães na proporção das perdas marítimas de cada país e a indicação do Brasil como membro temporário no Conselho da Liga das Nações.

Como exemplos da atuação da diplomacia brasileira na Liga das Nações, podem ser citadas: representação tácita de todo o continente americano, por ser o Brasil o único país do continente americano a participar da Liga; participação na Corte Permanente de Justiça Internacional, a qual buscou conciliar a aplicação do princípio da igualdade jurídica dos Estados e as exigências práticas para uma boa administração da justiça; e proposta para aumento dos membros do Conselho Permanente que incluísse o Brasil.

Quanto à pretensão brasileira pelo assento permanente no Conselho da Liga das Nações, devem ser citados aspectos relacionados aos objetivos da política interna e externa do governo Artur Bernardes de obter o assento permanente do Brasil no Conselho da Liga das Nações, a tentativa frustrada com a fórmula Brasil-Espanha (1923), a proposta de suplência dos EUA no Conselho (1924) e a expectativa de obter o assento permanente por meio do reconhecimento e da recompensa por serviços prestados (1925).

A opinião pública nacional não se sentia atraída pela discussão da sorte do Brasil na Liga das Nações, senão esporadicamente, situação que começou a mudar em 1925, quando Assis Chateaubriand passou a fomentar um debate crítico sobre a conveniência ou não de o país pertencer à Liga. Em resposta, o governo brasileiro enviou aos institutos de ensino do país uma propaganda, na forma de um apelo à juventude brasileira, em favor da Liga das Nações, promoveu uma série de conferências sobre a Liga na Sociedade Brasileira de Direito Internacional e inaugurou uma seção especial para a Liga dentro do Ministério das Relações Exteriores.

Importante mencionar o Acordo de Locarno dos países europeus com a Alemanha e suas principais consequências, uma vez que a sua assinatura significou o efetivo fim da Primeira Guerra Mundial; o pleito da Polônia de obter um assento permanente na Liga das Nações e o embate com a Alemanha; bem como a última tentativa fracassada do Brasil de obter um assento permanente na Liga das Nações, o que culminou na sua saída em 1926.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 2

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) discorra sobre o escravismo no Brasil ao longo do período imperial, caracterizado por diferentes formas — manifestações peculiares e usos de trabalho escravo: trabalho escravo nas lavouras, trabalho escravo nas cidades; escravos de ganho; escravos domésticos; formas de manumissão do cativo —, especificando cada uma delas.

Espera-se, ainda, que o(a) candidato(a) mencione que, ao longo do período imperial, muitos debates surgiram sobre as medidas políticas que procuravam tanto diminuir a escravidão e extinguir o tráfico de escravos quanto, ao mesmo tempo, permitiam a continuidade do regime escravista no Brasil. Deve-se considerar o quão importantes foram as leis e o processo do fim do tráfico, tais como: a pressão inglesa, a Lei de 1831, a Lei Bill Aberdeen em 1845, o projeto Barbacena de 1837 e a Lei Eusébio de Queiróz de 1850.

Espera-se, também, que o(a) candidato(a) argumente que os escravizados não foram apenas passivos na vivência de sua história e que eles participaram ativamente de vários movimentos e levantes. É importante frisar que as revoltas acontecidas no Brasil contaram com a participação de cativos e que estes levantavam a questão escrava ao longo do século XIX. Entre os levantes mais significativos, citam-se Cabanada (1832-1836), Revolta dos Malês (1835), Farroupilhas (1835-1845) e Balaiada (1838-1841). Por fim, foi fundamental o movimento abolicionista e a atuação de seus principais atores e suas medidas que visavam interferir na política sobre o tema. Exemplifica-se nesse movimento a atuação de pessoas, como Luiz Gama e José do Patrocínio, das associações abolicionistas e a formação de uma opinião pública abolicionista por meio da imprensa.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 3

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Existem duas fases do processo de rompimento da independência que devem ser diferenciadas e com base nas quais devem ser desenvolvidas as análises: a fase nacionalista, sob o comando de José Bonifácio, que converteu à causa o próprio príncipe D. Pedro; e a segunda fase, conhecida como contrarrevolucionária, após a queda de José Bonifácio, em 1823, com a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa e com levantes contra o autoritarismo do imperador.

Entre os fatos que contribuíram para o rompimento político-jurídico, estão a criação do Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, a convocação da Constituinte, a anistia para as passadas dissensões políticas, a imposição do “cumpra-se” às leis portuguesas, a exclusão dos funcionários portugueses nomeados para cargos no Brasil e a organização dos ministérios de Estado. Também podem ser citados e analisados o confisco dos bens dos portugueses que não aderiram à independência, a expulsão das tropas portuguesas, a proibição do comércio bilateral e a admissão de navios estrangeiros sem certificado do cônsul português no país de origem.

Os fatos que contribuíram para o rompimento militar incluem a guerra da independência, que ocorreu de diferentes formas no território brasileiro; o plano estratégico de defesa, que pode ser dividido em medidas de caráter político, com alianças externas, institucional, com a criação do Exército e da Marinha nacionais, e operacional, com recrutamento, treinamento, deslocamento e contratação de oficiais estrangeiros e aquisição de armas. Pode-se mencionar, também, que as forças brasileiras se organizaram e cresceram rapidamente com participação popular espontânea, recrutamento de pessoas escravizadas e homens livres.

Quanto ao aspecto diplomático do rompimento, podem ser citados e analisados fatos, como o Manifesto às Nações Amigas, de 6 de agosto de 1822, as instruções fornecidas aos negociadores brasileiros e o bloco de tratados firmados entre 1825 e 1828. Também podem ser mencionadas as negociações pelo reconhecimento da independência por países da América Espanhola, pelos Estados Unidos da América, pelo Reino Unido e pelas demais nações europeias, em particular Portugal, **bem como o envio de representantes ao Brasil pelas monarquias africanas como forma de reconhecerem a independência brasileira.**

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 4

Aplicação: 23/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Durante o Estado Novo, instaurado por Vargas, as composições do período solidificaram a linguagem do samba como traço da cultura brasileira. Houve, nesse processo, a institucionalização do carnaval como a mais importante festa popular e a consolidação do rádio como veículo de comunicação de massas. Tal política contou com a participação de grandes compositores da época, como Ary Barroso, Ataulfo Alves, Dorival Caymmi, Nelson Cavaquinho, entre outros, e com a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O Estado Novo procurou tratar a cultura como assunto de Estado. Escritores, jornalistas, artistas e intelectuais — Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos — produziram obras que permitiam a construção de uma nacionalidade que valorizou a cultura popular e a mistura de elementos culturais oriundos de várias regiões do país. Nesse sentido, a mestiçagem cultural — na dança, na música, na culinária e na religiosidade — deixou de ser considerada algo negativo e passou a representar algo elogioso da identidade do país. Podem-se abordar, inclusive, os estímulos dados pelo governo à música (particularmente a música coral) e à valorização de aspectos folclóricos e regionais, como bem transparece na produção de Villa-Lobos.

A Era Vargas foi contemporânea da política de boa vizinhança do governo de Franklin Roosevelt, que investiu forte no cinema para estimular o pan-americanismo. Como resultado, Walt Disney veio à América do Sul e, ao seu regresso aos Estados Unidos da América, desenvolveu desenhos, como **Alô, amigos**, cuja música tema era **Aquarela do Brasil**, de Ary Barroso. Disney também criou o personagem Zé Carioca, inspirado nas anedotas que ouvira durante sua estada no Rio de Janeiro. À época, esse personagem projetou uma imagem positiva do Brasil no exterior e encantou os brasileiros, inclusive a família Vargas.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 1

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- O(A) candidato(a) deve apresentar elementos centrais da evolução do processo de integração na América Latina. A Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), criada pelo Tratado de Montevideu de 1960 com a finalidade de criar uma zona de livre comércio na região, foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criada pelo Tratado de Montevideu de 1980, que previu regras flexíveis, em estrutura de acordos de preferência tarifária regional aplicada a produtos originários dos países-membros frente às tarifas em vigor para terceiros países, acordos de alcance regional comuns a todos os países-membros e acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da área.

O arcabouço da ALADI é utilizado no processo de integração no MERCOSUL, ao qual podem associar-se membros da ALADI. Como exemplos, há o Acordo de Complementação Econômica n.º 18 (ACE 18), acordo parcial com o objetivo de facilitar a criação das condições necessárias para o estabelecimento do mercado comum, entre as quais um programa de liberalização comercial, além de acordos de alcance parcial para associação ao MERCOSUL de Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Constituição Federal de 1988 declara que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- O(A) candidato(a) deve considerar que o período desde o final da década de 2010 até a atualidade foi marcado por mudanças no MERCOSUL. Estabeleceu-se redução tarifária linear de 10% na TEC em 2021 para a maior parte dos produtos (cerca de 87%), ao passo que o Novo Regime de Origem foi estabelecido no MERCOSUL em 2024, aumentando de 40% para 45% a possibilidade de participação de componentes estrangeiros como norma geral para considerar o produto como originário do MERCOSUL (com percentuais mais flexíveis para Paraguai e Uruguai).

As negociações com a UE estabeleceram um “pré-acordo” – ou um acordo político ou uma declaração política – em 2019, no chamado Acordo de Associação Birregional MERCOSUL-UE, com temas ainda pendentes de negociação à época, segundo o governo atual, enquanto o anúncio de dezembro de 2024 concluiria a negociação birregional, no agora chamado Acordo de Parceria MERCOSUL-UE.

O texto do Acordo de Parceria MERCOSUL-UE foi negociado com a possibilidade de vigência bilateral com a UE para um Estado-parte do MERCOSUL que ratificar o texto, sem a necessidade de que todos os membros do MERCOSUL o ratifiquem para sua entrada em vigor.
- O(A) candidato(a) deve identificar que houve alterações relevantes nos termos negociados entre MERCOSUL e UE, na comparação entre 2019 e 2024. Quanto ao papel do Estado, o governo brasileiro reconhece a centralidade do papel do Estado como indutor do crescimento e promotor da resiliência das economias nacionais, sobretudo após a pandemia de Covid-19, havendo necessidade de preservação do espaço para a implementação de políticas públicas em áreas como saúde, emprego, meio ambiente, inovação e agricultura familiar.

No caso das compras públicas, buscou-se preservar no acordo o uso do poder de compra do Estado como instrumento da nova política industrial brasileira, com medidas como: a exclusão de compras realizadas pelo SUS; a preservação da possibilidade de encomendas tecnológicas; a eliminação de restrições temporais ao uso de *offsets* tecnológicos e comerciais; a manutenção de espaço para políticas de incentivo a micro e pequenas empresas e agricultura familiar; e a preservação de margens de preferências para produtos e serviços nacionais.

No acordo, foi criado mecanismo de reequilíbrio de concessões para se evitar que medidas unilaterais comprometam concessões comerciais negociadas, com previsão de arbitragem e possibilidade de compensações comerciais, além de suspensão de benefícios.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 2

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A criação do G20 se deu em 1999, no contexto posterior às crises financeiras asiática (1997-1998) da década de 1990, tendo sido originado como um fórum destinado a reunir ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais das principais economias do mundo — tanto industrializadas quanto em desenvolvimento —, com o objetivo de discutir questões relativas à estabilidade econômica e financeira internacional. Quanto à composição, o G20 reúne tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, sendo hoje conformado por 19 países e dois blocos regionais: a União Europeia e a União Africana. Ressalte-se que, durante a presidência brasileira do G20, a União Africana participou pela primeira vez como membro pleno. No que tange à evolução e aos objetivos do G20, deve-se destacar que, inicialmente, o grupo era uma instância de caráter mais técnico, porém, na esteira da crise financeira global de 2007-2008, o G20 foi elevado ao nível dos chefes de Estado e de governo e passou a ser considerado o principal fórum para a cooperação econômica internacional. Originalmente focado em questões macroeconômicas gerais, o G20 expandiu progressivamente sua agenda para abranger temas, como comércio, desenvolvimento sustentável, saúde, agricultura, energia, meio ambiente, mudanças climáticas, cidades, entre outros.

A presidência brasileira do G20 em 2024 teve como preocupação central colocar a redução das desigualdades no centro da sua agenda e da agenda internacional, de tal que modo que elegeu as seguintes prioridades: inclusão social e combate à fome e à pobreza; reforma das instituições de governança global; e transições energéticas e desenvolvimento sustentável. A presidência brasileira priorizou, ademais, a participação e a contribuição da sociedade civil, a partir, por exemplo, do G20 Social e da Cúpula Social. A presidência brasileira do G20 deixa como um de seus legados a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que visa sobretudo ao incentivo para facilitar a mobilização e o alinhamento do apoio nacional e internacional, incluindo recursos financeiros públicos e privados, bem como para viabilizar a implementação em larga escala de programas e instrumentos de política, centrando-se nos países mais afetados pela fome e pela pobreza extrema. Outro legado da presidência brasileira do G20 foi o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global — marco diplomático de 2024 que delinea uma nova arquitetura de governança internacional, com foco nas reformas das Nações Unidas, da arquitetura financeira global e do sistema multilateral de comércio, com destaque para a revisão das políticas e cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, bem como para a rearticulação e a retomada da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O termo BRIC foi originalmente cunhado em 2001 como uma formulação teórica para se referir a economias emergentes com elevado potencial de crescimento. A primeira reunião do grupo BRIC ocorreu em 2006, em nível de ministros das relações exteriores. Já a primeira cúpula de chefes de Estado foi realizada em 2009, na Rússia. Em 2011, a África do Sul integrou o grupo, que passou então a ser denominado BRICS. Entre os objetivos do BRICS estão o fortalecimento da concertação política entre os membros, a cooperação em áreas como desenvolvimento, comércio e finanças, além do incentivo ao intercâmbio cultural e interpessoal. Destaca-se também a promoção da reforma da governança global, especialmente no âmbito das Nações Unidas e das instituições econômicas e financeiras internacionais. **Nesse sentido, na Cúpula de Fortaleza (2014), foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR).** O processo de expansão do BRICS se deu tanto na modalidade de membros plenos quanto na de parceiros. Atualmente, há duas categorias formais de participação no grupo: membros e parceiros dos BRICS. Na Cúpula de Joanesburgo, em 2023, foi aprovada a ampliação do bloco com a adesão, como membros plenos, de Irã, Egito, Emirados Árabes Unidos, **Arábia Saudita**, Etiópia e, posteriormente, Indonésia. A Arábia Saudita, ~~também convidada formalmente~~, tem participado de algumas atividades do grupo. Em 2024, sob a presidência russa do BRICS, foi estabelecida a categoria de parceiros dos BRICS, resultando na incorporação de Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e, mais recentemente, Vietnã.

A presidência brasileira do BRICS em 2025 concentrou-se em duas vertentes principais: o aprofundamento da cooperação entre países do Sul global e o fortalecimento de parcerias voltadas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. Na Cúpula dos BRICS realizada em julho, no Rio de Janeiro, os líderes aprovaram, além da **Declaração de Líderes**, três documentos temáticos — sobre saúde, inteligência artificial (IA) e financiamento climático. O(A) candidato(a) deverá mencionar que os líderes também firmaram a Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas, reforçando o compromisso do grupo com a promoção da equidade em saúde. Entre seus principais objetivos, a iniciativa busca fortalecer a cooperação internacional em complexos industriais de saúde, mobilizando recursos e impulsionando esforços coletivos para a eliminação de enfermidades socialmente determinadas, que afetam de forma desproporcional as populações do Sul global. Além disso, pela primeira vez, a governança da inteligência artificial teve lugar de destaque na agenda do BRICS, em que se buscou construir uma visão compartilhada do Sul global sobre essa tecnologia inovadora, trazendo para o centro do debate suas dimensões econômicas e de desenvolvimento. Na **Declaração dos Líderes do BRICS sobre Governança da Inteligência Artificial**, reconheceu-se que a governança global da IA deve mitigar riscos potenciais e responder às necessidades de todos os países — incluindo os do Sul global —, respeitando a soberania digital e o direito ao desenvolvimento no combate à

desinformação. Além disso, com a **Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas**, o grupo firmou, pela primeira vez, documento conjunto voltado ao financiamento climático, com ênfase nas necessidades dos países em desenvolvimento.

Espera-se que o(a) candidato(a) demonstre uma perspectiva analítica sobre as mudanças em curso no equilíbrio global de poder, marcadas, entre outros aspectos, pela diminuição relativa do protagonismo dos países do G7 e pela crescente influência dos países emergentes em temas de interesse global. Espera-se, ainda, uma breve avaliação sobre a interação entre as duas principais coalizões, considerando a ampliação dos temas abordados por essas coalizões, os eventuais tópicos específicos e a expansão recente do BRICS. A resposta deve demonstrar conhecimento sobre as perspectivas e os interesses que orientam, de modo geral, a atuação dessas coalizões no cenário internacional. Entre os pontos que o(a) candidato(a) pode mencionar, destaca-se que o Brasil valoriza sua atuação nos fóruns do G20 e do BRICS como expressão de uma política externa independente e comprometida com a construção de uma ordem internacional mais justa, multipolar e multilateral. Também é importante mencionar os contextos distintos nos quais o Brasil atua — o BRICS, formado por países emergentes e heterogêneos, e o G20, em que as forças de países desenvolvidos e emergentes coexistem. Embora esses espaços sejam distintos em natureza e composição, eles oferecem oportunidades estratégicas, como a coordenação de agendas e a complementaridade, permitindo ao Brasil articular seus interesses próprios e os dos países do Sul global. O Brasil tem promovido a abordagem de temas importantes para os países em desenvolvimento, como o combate à fome e à pobreza, o financiamento climático, a maior equidade digital e a cooperação para o desenvolvimento. Cabe ao(à) candidato(a) apresentar uma análise do BRICS como possível foro de articulação político-diplomática do Sul global, a partir, por exemplo, da ampliação das categorias de membros e parceiros dos BRICS, da defesa de pautas relevantes para os países do Sul global e da busca por maior influência, voz e voto, na governança global. A perspectiva brasileira é de que os fóruns BRICS e G20 podem contribuir para apoiar e fortalecer uma ordem multipolar, bem como de que as decisões tomadas no âmbito do BRICS e do G20 contribuem para reforçar e revitalizar o multilateralismo — questão especialmente relevante no atual contexto de debilidade das instituições internacionais.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 3

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- O(A) candidato(a) deve identificar os elementos centrais da política externa brasileira. Universalismo corresponde à diversificação de parcerias e ao não alinhamento a blocos de poder. Podem ser citados exemplos da política externa independente ou do pragmatismo responsável e o universalismo no período da ditadura militar, além do período recente. A política exterior atual é pautada pelo universalismo, na busca de parcerias diversificadas em todas as regiões do globo, sendo essa atitude um instrumento para a invenção de uma ordem mundial inclusiva, com menos desigualdades e mais segurança, desenvolvimento e sustentabilidade. Multilateralismo está associado a soluções concertadas entre os vários atores internacionais, em contraste com soluções bilaterais ou respostas unilaterais.

Multipolaridade está associada a vários polos de poder no sistema internacional, não havendo um único polo ou dois polos. A difusão de poder global, na concepção atual, indica que um sistema baseado em blocos ideológicos não possuiria lastro na realidade e que poderia haver relações menos assimétricas entre os países.

A posição brasileira sobre desenvolvimento está associada a diversos conceitos sobre modelos diferenciados de desenvolvimento, bem como à necessidade de a governança global e a globalização beneficiarem os países em desenvolvimento, junto com a inclusão social e o combate à fome (a exemplo da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza), além da oposição ao protecionismo. Diante de um mundo multipolar, Brasil e outros membros consideraram, na Cúpula do BRICS de 2025, por exemplo, que os países em desenvolvimento buscam uma governança global mais justa e equitativa e relações mutuamente benéficas entre as nações. Reconheceram também que a multipolaridade pode ser benéfica para uma globalização e cooperação econômicas universalmente vantajosas, inclusivas e equitativas, assim como enfatizaram a promoção de uma ordem internacional mais justa, sustentável, inclusiva, representativa e estável, com base no direito internacional. O Brasil também rejeita medidas protecionistas unilaterais, punitivas e discriminatórias, que não estejam de acordo com o direito internacional, inclusive sob o pretexto de preocupações ambientais, bem como destaca a adoção de políticas de industrialização ou reindustrialização.
- O(A) candidato(a) deve abordar a crise do multilateralismo, marcada pela dificuldade de as instituições e os regimes multilaterais resolverem crises recentes, entre as quais podem ser citadas a da Covid-19, a climática, a de insegurança alimentar e a energética, os conflitos no Oriente Médio e na Europa, com as consequentes crises social, econômica, informacional e geopolítica.

No 80.º aniversário da ONU, o organismo não consegue prevenir conflitos e manter a paz, com impasses no Conselho de Segurança e problemas com o direito de veto, além de falta de espaço para países em desenvolvimento, que cresceram em número após a descolonização, mas não têm influência correspondente nas estruturas da ONU.

No que se refere às instituições de Bretton Woods, ao FMI e ao Banco Mundial, aponta-se caráter regressivo da arquitetura financeira internacional. Países em desenvolvimento enfrentam custos e juros mais elevados e dificuldades desproporcionais na obtenção de financiamento em comparação com os países ricos, além da baixa representação desses países nessas instituições e da imposição de condicionalidades restritivas quanto ao desenvolvimento.

Em seu 30.º aniversário, a OMC encontra-se paralisada devido a interesses geopolíticos e econômicos, tendo o Órgão de Apelação do seu Sistema de Solução de Controvérsias sido esvaziado.
- O(A) candidato(a) deve abordar a ênfase dada ao direito internacional como solução para a crise atual, e mesmo a crise do multilateralismo deve ser respondida com mais multilateralismo.

A Carta da ONU requer ampla revisão e reforma, para esse organismo estar no centro da governança global. O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) deve ser o principal foro para o tratamento do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e do enfrentamento à mudança climática, com capacidade real de inspirar as instituições financeiras. Ao mesmo tempo, requer-se a revitalização do papel da Assembleia Geral, inclusive em temas de paz e segurança internacionais. Já o Conselho de Segurança tem perdido legitimidade e deveria ter novos membros permanentes e não permanentes, sobretudo da América Latina e do Caribe, entre eles o Brasil, e da África, bem como o direito de veto deveria ser extinto. Aponta-se, ainda, a necessidade de aumentar a representação dos países em desenvolvimento nas instituições de Bretton Woods, bem como de reduzir custos e juros, facilitar a obtenção de financiamento e reduzir condicionalidades impostas para permitir diferentes modelos de desenvolvimento.

Em relação à OMC, é necessário buscar formas de se reverter a escalada do protecionismo e de práticas unilaterais, que prejudicam desproporcionalmente os países em desenvolvimento, **com a reforma da organização e de seu Sistema de Solução de Controvérsias, com a redução de distorções no comércio e com regras adequadas ao desenvolvimento e à industrialização.**

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 4

Aplicação: 30/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Referências históricas da diplomacia brasileira na área da saúde

O(A) candidato(a) deve contextualizar a contribuição histórica da diplomacia brasileira na área da saúde global, destacando sua participação na criação da Organização Pan-Americana da Saúde (1902) e da Organização Mundial da Saúde (1948). É pertinente mencionar que o diretor-geral mais longo da OMS, o médico brasileiro Marcolino Gomes Candau, esteve à frente da instituição por 20 anos (1953-1973). É igualmente relevante ressaltar as credenciais técnicas e institucionais do Brasil, como a tradição de programas nacionais de imunização bem-sucedidos, e a capacidade instalada da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para produção e exportação de vacinas, principalmente para países da América Latina, do Caribe e do continente africano.

Espera-se que o(a) candidato(a) mencione, ainda, a atuação de destaque da diplomacia brasileira na área da saúde em fóruns multilaterais a partir da década de 1990, com ênfase na liderança do país em prol do acesso universal a medicamentos, destacando-se, nesse contexto, a defesa pela flexibilização das regras do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), no âmbito da OMC, para possibilitar o acesso a antirretrovirais no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. O Brasil utilizou dispositivos de licenciamento compulsório e promoveu a produção nacional de genéricos, sendo internacionalmente reconhecido por essa estratégia de saúde pública. O país exerceu papel central na negociação e na adoção da Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública (2001), que confirmou o direito dos Estados de utilizar as flexibilidades do acordo para proteger a saúde pública e garantir o acesso a medicamentos essenciais.

Podem ser mencionados, ainda, outros exemplos do protagonismo brasileiro na saúde global, como sua atuação decisiva na criação da UNITAID, em 2006, iniciativa internacional voltada ao financiamento inovador para o acesso a medicamentos e diagnósticos em países de baixa e média renda. Outro marco relevante foi a participação ativa e de liderança nas negociações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, adotada em 2003.

Principais diretrizes e interesses da política externa brasileira em saúde

O(A) candidato(a) deve discorrer sobre o compromisso histórico e renovado do Brasil com o multilateralismo no campo da saúde, com destaque para sua atuação junto à OMS, defendendo seu fortalecimento técnico, político e financeiro. O Brasil considera a OMS um espaço legítimo e central de formulação de normas internacionais e de defesa da equidade em saúde, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento. É relevante mencionar, também, a atuação brasileira em outros fóruns e organismos, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Assembleia-Geral das Nações Unidas, o G20 e o BRICS. O país defende o aprimoramento da arquitetura de governança global em saúde, pautada por maior coordenação, inclusão, transparência e eficácia.

Espera-se que o(a) candidato(a) explique a perspectiva da diplomacia brasileira nos temas de saúde, especialmente os princípios de equidade e solidariedade, bem como a defesa do acesso universal a serviços e bens de saúde, refletindo os princípios e fundamentos do SUS de universalidade, integralidade e equidade. É importante mencionar que, nos últimos anos, o país tem atuado de forma consistente para promover o acesso equitativo a medicamentos, vacinas, tratamentos e diagnósticos, especialmente em contextos de emergência sanitária. Essa atuação leva em consideração desigualdades estruturais que afetam os países em desenvolvimento, como a dependência tecnológica, as barreiras de propriedade intelectual e assimetrias no financiamento da saúde global.

O(A) candidato(a) deve abordar o esforço estratégico do Brasil na promoção da produção local e regional de insumos, medicamentos e vacinas, como pilar fundamental para busca por maior autonomia. O país tem liderado iniciativas e debates internacionais voltados à transferência de tecnologias, especialmente para países de baixa e média renda, como instrumento de redução das desigualdades em saúde. A política externa brasileira defende que a saúde deve prevalecer sobre interesses comerciais e que o fortalecimento de capacidades locais é essencial para garantir respostas mais eficazes e justas a futuras emergências sanitárias.

Espera-se que o(a) candidato(a) explique que o Brasil defende uma visão ampla de saúde, que integre saúde humana, vegetal e animal, incluindo considerações sobre determinantes sociais, econômicos e ambientais. Além disso, espera-se que aborde a incorporação de perspectiva interseccional nas discussões de saúde, reconhecendo como desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e território impactam de forma diferenciada o acesso à saúde e a exposição a riscos.

Recentes iniciativas brasileiras na saúde, nos níveis multilateral, regional e bilateral, e suas ações na cooperação

Sul-Sul

O(A) candidato(a) deve fazer referência a pelo menos três exemplos de iniciativas concretas do Brasil na área da saúde, considerando os níveis multilateral, regional e bilateral. A resposta deve demonstrar conhecimento sobre como o país tem colocado em prática os princípios de sua diplomacia da saúde por meio de ações específicas. A cooperação técnica em saúde é vista como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento social e econômico, tanto para o Brasil quanto para os países parceiros, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento das capacidades institucionais.

Espera-se que o(a) candidato(a) apresente ao menos uma das seguintes iniciativas mais recentes no âmbito do G20 ou do BRICS.

Durante a presidência rotativa do G20 em 2024, foi criada a Aliança Global para a Produção Local e Inovação em Saúde, no contexto do Grupo de Trabalho de Saúde. Essa aliança busca fortalecer capacidades produtivas em países de baixa e média renda, promover a transferência de tecnologia e diversificar cadeias de suprimento globais, com vistas à equidade no acesso a medicamentos e vacinas. Na presidência brasileira dos BRICS em 2025, merece destaque o lançamento da Parceria dos BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas, iniciativa voltada ao enfrentamento de doenças negligenciadas, associadas à pobreza e à desigualdade. Do ponto de vista regional, além da atuação na OPAS, pode ser citado o apoio do Brasil na promoção no Conselho Sul-Americano da Saúde, iniciativa desenvolvida no âmbito da União Sul-Americana de Nações (UNASUL).

Espera-se que o(a) candidato(a) apresente um exemplo de iniciativa no âmbito da cooperação Sul-Sul em saúde, como programas de cooperação técnica com países africanos e latino-americanos. Tais iniciativas podem envolver ações, como capacitação de recursos humanos, fortalecimento de sistemas nacionais de saúde e envio de insumos estratégicos, em áreas diversas, como vigilância epidemiológica, HIV/AIDS, doenças tropicais negligenciadas, saúde materno-infantil e imunização. A resposta deve, ainda, demonstrar compreensão do conceito de cooperação Sul-Sul e dos princípios que orientam a cooperação técnica brasileira, como a horizontalidade, o respeito à soberania dos países parceiros, a não condicionalidade e a promoção do desenvolvimento mútuo.

Cenário internacional hodierno para a saúde global, com ênfase nos principais desafios

Espera-se que o(a) candidato(a) demonstre compreensão de que, apesar de avanços científicos e tecnológicos, persistem desigualdades entre países e dentro deles, agravadas por múltiplas crises simultâneas — como mudanças climáticas, conflitos armados e insegurança alimentar — que impõem desafios significativos à saúde global e à governança da saúde.

Deverão ser mencionados, sobretudo, os desafios ao multilateralismo, tanto em termos de dificuldade em concluir negociações globais, com a fragmentação dos interesses — a exemplo das recentes negociações para o Acordo de Pandemias da OMS —, quanto pela redução das contribuições financeiras voluntárias e obrigatórias dos Estados às organizações e agências internacionais, como a OMS. Essa dinâmica afeta diretamente a capacidade de resposta coordenada e sustentável a emergências de saúde pública. Podem-se destacar, ainda, os cortes na Assistência Oficial ao Desenvolvimento, especialmente por parte de países doadores tradicionais. Esses cortes, combinados com financiamento aquém do necessário nos sistemas de saúde de muitos países em desenvolvimento e a sua dependência da ajuda externa, afetam os serviços essenciais e os indicadores de saúde e vulnerabilidade social nesses países.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Espanhola – Resumo

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O resumo deve mostrar a capacidade de síntese e o reconhecimento das ideias principais do texto. A seguir apresenta-se um resumo possível, mas a resposta pode apresentar variações, desde que não sacrifique o conteúdo essencial do texto.

Durante la cuarta revolución industrial, asistimos a una transformación impulsada por avances tecnológicos que afectan profundamente la comunicación internacional. Gracias a su capacidad para procesar y sintetizar grandes volúmenes de información, la IA ofrece herramientas valiosas para sectores estratégicos como la diplomacia. Sin embargo, este avance también plantea desafíos urgentes, debido a la ausencia de regulación, criterios éticos y garantías de seguridad. Ante este escenario, los servicios exteriores enfrentan la doble tarea de anticipar riesgos y aprovechar oportunidades.

Aunque las modalidades digitales de interacción institucional vienen ganando protagonismo, el componente humano sigue siendo insustituible en contextos multilaterales, en los que son fundamentales la sensibilidad cultural, la comprensión de lo implícito, así como la capacidad de interpretar situaciones complejas. La excesiva dependencia de sistemas automatizados podría erosionar la autonomía institucional y desdibujar la misión pública de organismos internacionales.

Por ello, se hace necesario desarrollar marcos normativos que establezcan límites y responsabilidades, con el fin de lograr un equilibrio entre innovación y soberanía. En este contexto, se configura un nuevo modelo de gobernanza digital impulsado por actores globales, mientras persiste el debate entre la utilidad de la tecnología y su supuesta neutralidad sociopolítica. El reto está en integrar la innovación sin desatender el juicio humano ni las condiciones que garantizan el diálogo entre naciones.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Espanhola – Versão

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Las prácticas de traducción redefinidas por las relaciones lingüísticas en la economía de la información

La dirección que ha tomado la economía global en las últimas tres décadas con el desarrollo de las tecnologías de la información, que, idealmente, proporcionarían medios para la comunicación y el comercio sin fronteras, tienen una influencia directa en el incremento de los intercambios lingüísticos entre pueblos de diferentes naciones. La rapidez/instantaneidad con la que mensajes, textos y documentos de diversa índole viajan a través de Internet y se difunden electrónicamente en diferentes partes del mundo exige, cada vez más, que el conocimiento producido pueda comprenderse y procesarse en diferentes lenguas con una velocidad similar a la de su producción.

Esta expansión de la difusión de información a través de Internet ha impuesto nuevas exigencias a la práctica de la traducción, tanto en lo que se refiere al aumento de su necesidad como a la reducción de su tiempo de producción. Según el orden actual del mercado, el comercio internacional se lleva a cabo, preferentemente, si la información en la lengua de origen se ofrece en las lenguas traducidas al mismo tiempo que se lanza el producto.

La necesidad de una respuesta rápida a las informaciones que circulan por Internet parece favorecer la adopción de una o varias lenguas como medios de expresión global, aunque los emisores y receptores involucrados en la comunicación no sean hablantes nativos. En un mundo donde conviven alrededor de 2.500 a 3.000 lenguas, la lengua inglesa suele identificarse como la lengua de la globalización, seguida de otras lenguas también consideradas dominantes en los planos político, económico y tecnológico, como el francés, el español y, actualmente, el chino.

La primacía de la lengua inglesa se mantiene y, como medio de difusión de las innovaciones tecnológicas, Internet sería, en la actualidad, un escenario propicio para la implementación de una «geopolítica del inglés. Esta observación/constatación se verifica/puede verificarse principalmente por el hecho de que un número creciente de empresas que alojan páginas electrónicas en Internet, la mayoría de las cuales anteriormente eran monolingües, buscan servicios de traducción para convertirse en bilingües o multilingües, casi siempre con el inglés entre las lenguas ofrecidas para acceder a la página.

Esta posición privilegiada del inglés también tiene razones políticas y puede verificarse incluso en el propio continente europeo, un lugar en el que la diversidad cultural y la pluralidad lingüística son temas constantes de debates políticos a favor de la comunicación y de la integración intercultural. En el caso de la Unión Europea, el problema de la pluralidad lingüística se aborda como una cuestión tanto política como técnica. Según el relato de Calvet, cuando Francia asumió la presidencia de la Unión Europea en 1994, una de las primeras propuestas del entonces ministro francés de Asuntos Europeos fue limitar a cinco el número de lenguas de trabajo de la comunidad, compuesta en ese momento por quince países miembros.

La campaña francesa proponía la adopción del inglés, del francés, del alemán, del español y del italiano, una opción que, según Calvet, “favorece la comunicación dentro de Europa, excluyendo de un plumazo/al instante, el portugués, mucho más hablado en el mundo que el italiano, el alemán e incluso el francés”. La principal preocupación de la propuesta no era, como Francia pretendía dar a entender, establecer las lenguas de trabajo basándose en datos estadísticos europeos (número de hablantes de esas lenguas en el continente), sino evitar que el inglés se convirtiera en “la única lengua de trabajo de la Unión Europea”.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Francesa – Resumo

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O resumo deve mostrar a capacidade de síntese e o reconhecimento das ideias principais do texto. A seguir apresenta-se um resumo possível, mas a resposta pode apresentar variações, desde que não sacrifique o conteúdo essencial do texto.

Depuis le milieu du XIXe siècle, malgré la méfiance du corps diplomatique envers les nouveaux moyens de communication technologiques tels que le télégraphe, le téléphone et le fax, la diplomatie a su se réinventer pour faire face à cette nouvelle réalité. À la fin du XXe siècle et au début du XXIe siècle, l'émergence d'internet et des réseaux sociaux a une fois de plus transformé la pratique diplomatique.

Si le président Woodrow Wilson, après la Seconde Guerre mondiale, prônait une diplomatie ouverte et publique, il était loin d'imaginer les transformations radicales que la diplomatie allait subir au XXIe siècle. L'émergence de termes tels que « diplomatie numérique », « e-diplomatie » ou encore « twiplomatie » reflète une réalité nouvelle pour la diplomation susceptible de délégitimer les moyens de communication traditionnels.

Les possibilités de diffusion et de collecte d'informations permettant la défense et la promotion des intérêts nationaux, ainsi que la rapidité et le contrôle des entreprises privées, ont rendu ces outils de plus en plus importants, posant des défis techniques et stratégiques à la diplomatie.

Enfin, pour John Kerry, l'adjectivation de diplomatie par numérique n'est pas nécessaire puisque, selon lui, il ne s'agit que de diplomatie. Toutefois, l'internet et les réseaux sociaux ont transformés les piliers de la diplomatie que sont l'information et la communication et ont redessinés les rapports de pouvoir de part le monde.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Francesa – Versão

Aplicação: 31/8/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A versão abaixo serve de padrão de resposta quanto à compreensão do texto, no entanto, na correção de tradução, devem ser consideradas variações tradutórias e possíveis sinônimos.

Les pratiques de traduction redéfinies par les relations linguistiques dans l'économie de l'information/informationnelle

L'orientation prise par l'économie mondiale au cours des trois dernières décennies, avec le développement des technologies de l'information, qui idéalement offrirait des moyens de communication et de commerce sans frontières, ont une influence directe sur l'augmentation des échanges linguistiques entre les peuples de différentes nations. L'instantanéité avec laquelle les messages, textes et documents de nature diverse circulent via Internet et sont diffusés électroniquement dans différentes parties du monde exige de plus en plus que les connaissances produites puissent être comprises et traitées dans différentes langues à une vitesse similaire à celle de leur production.

Cette expansion de la diffusion de l'information via Internet a imposé de nouvelles exigences à la pratique de la traduction, tant en termes de croissance des besoins que de réduction de son temps de production. Selon l'ordre actuel du marché, le commerce international se réalise de préférence si les informations dans la langue source sont proposées dans les langues traduites au moment du lancement du produit. [...]

L'impératif d'une réponse rapide aux informations circulant sur Internet semble favoriser l'adoption d'une ou de quelques langues comme moyen d'expression mondial, même si les émetteurs et les récepteurs impliqués dans la communication ne sont pas des locuteurs natifs. Dans un monde où coexistent environ 2 500 à 3 000 langues, l'anglais est souvent identifié comme la langue de la mondialisation, suivie par d'autres langues également considérées comme dominantes sur les plans politique, économique et technologique, comme le français, l'espagnol et, actuellement, le chinois (WODAK, 2004). [...]

La primauté de l'anglais demeure et, en tant que moyen de propagation des innovations technologiques, l'internet serait aujourd'hui un lieu propice à la mise en œuvre d'une « géopolitique de l'anglais ». Ce constat se vérifie principalement par le fait qu'un nombre croissant d'entreprises hébergeant des pages électroniques sur Internet, la plupart auparavant monolingues, recherchent des services de traduction pour devenir bilingues ou multilingues, l'anglais étant presque toujours l'une des langues proposées pour l'accès à la page. [...]

Cette position privilégiée de la langue anglaise a également des raisons politiques, et se retrouve même sur le continent européen, où la diversité culturelle et la pluralité linguistique font l'objet de débats politiques constants en faveur de la communication et de l'intégration interculturelles (WODAK, 2004). Dans le cas de l'Union européenne, le problème de la pluralité linguistique est traité à la fois comme une question politique et technique. Selon Calvet (2007), lorsque la France a assumé la présidence de l'Union européenne en 1994, l'une des premières propositions du ministre français des Affaires européennes de l'époque a été de limiter à cinq le nombre de langues de travail de la communauté, alors composée de quinze pays membres.

La campagne française proposait l'adoption de l'anglais, du français, de l'allemand, de l'espagnol et de l'italien, un choix qui, pour Calvet (2007, p. 134), « met l'accent sur la communication intra-européenne, en excluant du même coup le portugais, bien plus répandu dans le monde que l'italien, l'allemand et même le français ». La principale préoccupation de la proposition n'était pas, comme la France voulait le laisser entendre, d'établir des langues de travail sur la base de données statistiques européennes (nombre de locuteurs de ces langues sur le continent), mais d'empêcher que l'anglais ne devienne « l'unique langue de travail de l'Union européenne ». [...]